



celebridades

Em tratamento contra o câncer, Ana Furtado adota turbante

Ana Furtado está na Espanha curtindo uma viagem de férias. A apresentadora, que enfrenta uma batalha contra um câncer, publicou registros sorridente na ilha paradisíaca de Ibiza, e contou que havia planejado a viagem em novembro de 2017, antes do diagnóstico da doença, que veio em março deste ano. Página **B4**



social



Os melhores cliques com os destaques em eventos e comemorações de Fernandópolis e região estão na coluna **Social** do caderno **Extra Mais**. Na foto, destaque para **Isabela Maldonado**. Confira também o resumo da sua novela favorita. Páginas **B1** e **B3**

NA MADRUGADA DE ONTEM

Tentativa de assalto a agência bancária é frustrada por alarme

De acordo com informações da Polícia Militar, os homens estouraram a porta de vidro que dá acesso aos caixas com um pé de cabra e deram início a tentativa de arrombamento dos caixas, utilizan-

do bananas de dinamite. A ação dos criminosos só não foi concluída porque o alarme da agência disparou, produzindo efeitos sonoros e expelindo uma fumaça tóxica que dificultou a ação dos bandidos. Página **A10**

CONGRESSO NACIONAL

De autoria de Pinato, Lei 'Ana Hickmann' chega à CCJ

A Lei Ana Hickmann, como ficou popularmente conhecida, de autoria do deputado federal Fausto Pinato (Progressistas), que altera os limites da legítima defesa, está sob análise da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. O texto altera o Código Penal para prever que o juiz possa reduzir a pena de um terço até a metade, ou mesmo suspendê-la, em caso de legítima defesa realizada de maneira excessiva por medo, surpresa, susto ou perturbação de ânimo

daquele que se defendeu. O Projeto recebeu o nome de Lei Ana Hickmann devido ao episódio envolvendo a modelo em maio de 2016, quando teve o quarto invadido por um suposto fã armado. "O texto está em debate e é determinante para garantir dispositivos eficientes de proteção à legítima defesa. Se um bandido invade sua casa e ataca sua família, em um eventual dano à integridade física ou à vida do criminoso, você precisa, sim, ser amparado pela Lei", defendeu Pinato. Página **A2**



Novo golpe do WhatsApp promete duas passagens aéreas gratuitas

De acordo com empresas de segurança, o usuário recebe uma mensagem com um link, indicado que a empresa aérea estaria fornecendo os bilhetes gratuitos. Ao clicar no en-

dereço virtual, o interessado é redirecionado a uma página falsa, que chega a reproduzir a logomarca da Gol, a fim de ganhar a confiança. Página **A10**

RECAPEAMENTO

Parceria entre Prefeitura e moradores dá nova cara ao bairro Jacarandás









O bairro Parque dos Jacarandás tem cara nova graças a uma parceria entre a Prefeitura de Fernandópolis e a população. Depois de recapear o local, a Administração Municipal recebeu a doação de material para pintar as ruas. O Parque dos Jacarandás tem cerca de oito anos e o seu asfalto estava muito ruim, com vários buracos e pedras para todo lado. Para recuperar o local foram utilizadas mais de 400 toneladas de massa asfáltica. Página **A3**

Carboidrato engorda? Saiba os benefícios e quanto consumir

Página **B2**

PREVISÃO DO TEMPO

Manhã	Tarde	Noite
 ↑ 24°	 0mm 0%	 84% 50%
 ↓ 9°	 chuva	 umidade

Sol o dia todo sem nuvens no céu.
Noite de tempo aberto ainda sem nuvens.

Fonte: climatempo.com.br

INSS cancela 78% dos auxílios-doenças analisados

Página **A5**

De olho na Copa Paulista, Mirassol apresenta reforços

Página **A7**



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

DECRETO Nº 8.095 – DE 11 DE JULHO DE 2018

(Outorga permissão de uso de espaço público, em caráter precário e por tempo determinado, para o fim que especifica)

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;...

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 66, VII e 106, caput e § 3º, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 248, 251 e 252 todos da Lei Municipal 1.843/93, que instituiu o Código Sanitário e de Posturas do Município;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº. 26018/2017;

D E C R E T A :

Artigo 1.º - Fica permitido a empresa LIDIANE ROCHA MACHADO, CNPJ nº 28.445.001/0001-69, o uso, em caráter precário e por prazo determinado de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação da presente permissão, de parte do espaço público pertencente à Municipalidade, localizado no Calçadão de Lanches - 24 horas, na Avenida Expedicionários Brasileiros, entre a Rua Rio Grande do Sul e a Rua Bahia, nesta cidade, para instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, sucos, refrigerantes e afins.

§1º - Fica proibida a venda de bebida alcoólica.

§2º - O trailer (ou afins) a ser instalado no espaço público permitido, de que trata o presente artigo, deve ser móvel e adquirido de empresas especializadas no ramo, não sendo permitida a construção em alvenaria, devendo, ainda, atender as exigências legais da Lei de Zoneamento, Código de Postura e Código Tributário do Município e de vigilância sanitária para a emissão do respectivo alvará de funcionamento, sob pena de revogação, a qualquer momento, da permissão ora concedida.

Artigo 2.º - A permissão de uso do espaço público, de que trata o presente decreto é outorgada, sem quaisquer ônus ao erário municipal, condicionada ao atendimento das finalidades, especificações e exigências constantes do Processo Administrativo nº. 26018/2017.

§1º - Fica proibida a modificação do uso a que se destina, sem a expressa e estrita concordância da Administração.

§2º - Fica, ainda, subordinada a presente permissão, às exigências previstas na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015.

Artigo 3.º - A presente Permissão de Uso é celebrada a título oneroso, ficando a permissionária obrigada ao pagamento dos tributos e tarifas inerentes ao desenvolvimento da atividade e ocupação de solo, bem como os encargos de instalação, manutenção, conservação, reparos e limpeza de suas dependências.

§ 1.º - A permissionária fica obrigada ao pagamento do preço público durante o período da permissão no valor de R\$ 262,73 (duzentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos) mensais, conforme proposta apresentada pela requerente, que poderá ser reajustado, periodicamente, com base nos índices oficiais de reajustes adotados pelo município.

§ 2.º - Fica a PERMISSIONÁRIA, sob pena de extinção da permissão, obrigada a promover a instalação de um padrão de energia elétrica e água, bem como o promover a manutenção e conservação do referido próprio público, dando a ele um aspecto visual adequado e ainda recolher diariamente todo lixo produzido no local, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele venha a causar ou permitir.

§ 3.º - As despesas de que trata o parágrafo anterior serão suportadas única e exclusivamente pela PERMISSIONÁRIA, bem como o consumo mensal de energia elétrica, água e esgoto consumidos pelo mesmo.

§ 4º - A permissionária não poderá ceder ou transferir a terceiros o bem imóvel objeto da presente permissão de uso, sem prévio e expresso consentimento da permitente.

§ 5º - Empreender benfeitorias ou construções, de qualquer natureza, somente com autorização expressa do poder público municipal, ficando ciente de que estas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, sem direito a qualquer espécie de indenização, seja a que título for, ao final da permissão;

Artigo 4.º - A infração a qualquer condição ou obrigação acarretará a sua imediata rescisão de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 1º. Qualquer das partes signatárias poderá rescindir o presente termo de permissão de uso a qualquer tempo.

§ 2º. Também será caso de rescisão imediata a superveniência de Lei Federal, Estadual ou Municipal proibindo que se dê às áreas ora permitidas a destinação que lhe deu causa ou a adoção de postura pelo Governo Municipal que contrarie os objetivos traçados pela presente Permissão de Uso.

Artigo 5.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis

Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -
Secretário Municipal de Gestão

Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

DECRETO Nº 8.096 – DE 11 DE JULHO DE 2018

(Outorga permissão de uso de espaço público, em caráter precário e por tempo determinado, para o fim que especifica)

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;...

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 66, VII e 106, caput e § 3º, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 248, 251 e 252 todos da

Lei Municipal 1.843/93, que instituiu o Código Sanitário e de Posturas do Município;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº. 10792/2018;

D E C R E T A :

Artigo 1.º - Fica permitido a senhora MADALENA BERNARDINO RIBEIRO MORANGUEIRA, RG.: 14.405.696-3 e CPF nº 080.659.948-06, o uso, em caráter precário e por prazo determinado de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação da presente permissão, de parte do espaço público pertencente à Municipalidade, localizado na Praça Pública, entre a Avenida Duque de Caxias e a Rua Paulino Maximino Duran, Jardim Bela Vista, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, refrigerantes e afins.

§1º - Fica proibida a venda de bebida alcoólica.

§2º - O trailer (ou afins) a ser instalado no espaço público permitido, de que trata o presente artigo, deve ser móvel e adquirido de empresas especializadas no ramo, não sendo permitida a construção em alvenaria, devendo, ainda, atender as exigências legais da Lei de Zoneamento, Código de Postura e Código Tributário do Município e de vigilância sanitária para a emissão do respectivo alvará de funcionamento, sob pena de revogação, a qualquer momento, da permissão ora concedida.

Artigo 2.º - A permissão de uso do espaço público, de que trata o presente decreto é outorgada, sem quaisquer ônus ao erário municipal, condicionada ao atendimento das finalidades, especificações e exigências constantes do Processo Administrativo nº. 10792/2018.

§1º - Fica proibida a modificação do uso a que se destina, sem a expressa e estrita concordância da Administração.

§2º - Fica, ainda, subordinada a presente permissão, às exigências previstas na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015.

Artigo 3.º - A presente Permissão de Uso é celebrada a título oneroso, ficando a permissionária obrigada ao pagamento dos tributos e tarifas inerentes ao desenvolvimento da atividade e ocupação de solo, bem como os encargos de instalação, manutenção, conservação, reparos e limpeza de suas dependências.

§ 1.º - A permissionária fica obrigada ao pagamento do preço público durante o período da permissão no valor de R\$ 263,00 (duzentos e sessenta e três reais) mensais, conforme proposta apresentada pela requerente, que poderá ser reajustado, periodicamente, com base nos índices oficiais de reajustes adotados pelo município.

§ 2.º - Fica a PERMISSIONÁRIA, sob pena de extinção da permissão, obrigada a promover a instalação de um padrão de energia elétrica e água, bem como o promover a manutenção e conservação do referido próprio público, dando a ele um aspecto visual adequado e ainda recolher diariamente todo lixo produzido no local, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele venha a causar ou permitir.

§ 3.º - As despesas de que trata o parágrafo anterior serão suportadas única e exclusivamente pela PERMISSIONÁRIA, bem como o consumo mensal de energia elétrica, água e esgoto consumidos pelo mesmo.

§ 4º - A permissionária não poderá ceder ou transferir a terceiros o bem imóvel objeto da presente permissão de uso, sem prévio e expresso consentimento da permitente.

§ 5º - Empreender benfeitorias ou construções, de qualquer natureza, somente com autorização expressa do poder público municipal, ficando ciente de que estas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, sem direito a qualquer espécie de indenização, seja a que título for, ao final da permissão;

Artigo 4.º - A infração a qualquer condição ou obrigação acarretará a sua imediata rescisão de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 1º. Qualquer das partes signatárias poderá rescindir o presente termo de permissão de uso a qualquer tempo.

§ 2º. Também será caso de rescisão imediata a superveniência de Lei Federal, Estadual ou Municipal proibindo que se dê às áreas ora permitidas a destinação que lhe deu causa ou a adoção de postura pelo Governo Municipal que contrarie os objetivos traçados pela presente Permissão de Uso.

Artigo 5.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis

Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -
Secretário Municipal de Gestão

Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

DECRETO Nº 8.097 – DE 11 DE JULHO DE 2018

(Outorga permissão de uso de espaço público, em caráter precário e por tempo determinado, para o fim que especifica)

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;...

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 66, VII e 106, caput e § 3º, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 248, 251 e 252 todos da Lei Municipal 1.843/93, que instituiu o Código Sanitário e de Posturas do Município;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº. 10104/2018;

D E C R E T A :

Artigo 1.º - Fica permitido a empresa MARCIA MARQUES MOITINHO MONTEIRO, CNPJ nº 21.843.527/0001-58, o uso, em caráter precário e por prazo determinado de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação da presente permissão, de parte do espaço público pertencente à Municipalidade, localizado no Estacionamento do Mercadão Municipal, na Rua Espírito Santo, esquina com a Avenida Eurípedes José Ferreira, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de venda de caldo de cana e afins.

§1º - Fica proibida a venda de bebida alcoólica.

§2º - O trailer (ou afins) a ser instalado no espaço público permi-

tido, de que trata o presente artigo, deve ser móvel e adquirido de empresas especializadas no ramo, não sendo permitida a construção em alvenaria, devendo, ainda, atender as exigências legais da Lei de Zoneamento, Código de Postura e Código Tributário do Município e de vigilância sanitária para a emissão do respectivo alvará de funcionamento, sob pena de revogação, a qualquer momento, da permissão ora concedida.

Artigo 2.º - A permissão de uso do espaço público, de que trata o presente decreto é outorgada, sem quaisquer ônus ao erário municipal, condicionada ao atendimento das finalidades, especificações e exigências constantes do Processo Administrativo nº. 10104/2018.

§1º - Fica proibida a modificação do uso a que se destina, sem a expressa e estrita concordância da Administração.

§2º - Fica, ainda, subordinada a presente permissão, às exigências previstas na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015.

Artigo 3.º - A presente Permissão de Uso é celebrada a título oneroso, ficando a permissionária obrigada ao pagamento dos tributos e tarifas inerentes ao desenvolvimento da atividade e ocupação de solo, bem como os encargos de instalação, manutenção, conservação, reparos e limpeza de suas dependências.

§ 1.º - A permissionária fica obrigada ao pagamento do preço público durante o período da permissão no valor de R\$ 263,00 (duzentos e sessenta e três reais) mensais, conforme proposta apresentada pela requerente, que poderá ser reajustado, periodicamente, com base nos índices oficiais de reajustes adotados pelo município.

§ 2.º - Fica a PERMISSIONÁRIA, sob pena de extinção da permissão, obrigada a promover a instalação de um padrão de energia elétrica e água, bem como o promover a manutenção e conservação do referido próprio público, dando a ele um aspecto visual adequado e ainda recolher diariamente todo lixo produzido no local, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele venha a causar ou permitir.

§ 3.º - As despesas de que trata o parágrafo anterior serão suportadas única e exclusivamente pela PERMISSIONÁRIA, bem como o consumo mensal de energia elétrica, água e esgoto consumidos pelo mesmo.

§ 4º - A permissionária não poderá ceder ou transferir a terceiros o bem imóvel objeto da presente permissão de uso, sem prévio e expresso consentimento da permitente.

§ 5º - Empreender benfeitorias ou construções, de qualquer natureza, somente com autorização expressa do poder público municipal, ficando ciente de que estas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, sem direito a qualquer espécie de indenização, seja a que título for, ao final da permissão;

Artigo 4.º - A infração a qualquer condição ou obrigação acarretará a sua imediata rescisão de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 1º. Qualquer das partes signatárias poderá rescindir o presente termo de permissão de uso a qualquer tempo.

§ 2º. Também será caso de rescisão imediata a superveniência de Lei Federal, Estadual ou Municipal proibindo que se dê às áreas ora permitidas a destinação que lhe deu causa ou a adoção de postura pelo Governo Municipal que contrarie os objetivos traçados pela presente Permissão de Uso.

Artigo 5.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis

Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -
Secretário Municipal de Gestão

Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



MUNICÍPIO DE MACEDÔNIA
CNPJ 45.115.912/0001-47

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEDÔNIA.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2018. PROC. N.º 041/2018. O Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macedônia-SP. **OBJETO:** Fornecimento de Cestas Básicas para distribuição gratuita na Assistência Social desta Municipalidade, com entregas parceladas mensalmente conforme requisição, sendo todos de 1.º qualidade, de acordo com o comercializado nos estabelecimentos comerciais, conforme quantidades especificadas em anexo II. **EDITAL:** Poderá ser retirado pessoalmente ou no site: www.macedonia.sp.gov.br. **CADASTRO EXIGIDO:** Da Prefeitura Municipal de Macedônia. **RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:** DIA 25/07/2018, às 09:00 Horas. LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal – Praça José Princi, 449 – Macedônia – SP. **DATA DA ENTREGA E ESCLARECIMENTOS:** Praça José Princi, 449 – Centro – Macedônia-SP, horário de expediente. Fone/Fax (017) 3849.1162. Custo: nihil. Macedônia, 12 de Julho de 2018. Lucilene Cabreira Garcia Marsola - Prefeita Municipal.

Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



MUNICÍPIO DE MACEDÔNIA
CNPJ 45.115.912/0001-47

AVISO DE ADITAMENTO

Tomada de Preços 001/2016 (Proc. nº 003/2016). **OBJ: CONSTRUÇÃO DE UM MINI CAMPO NESTE MUNICÍPIO DE MACEDÔNIA - CF. CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DOS ESPORTES E ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I.** Foi autorizado aditivo de prazo, nas mesmas condições por mais 60 (sessenta) dias, com a empresa **SALIARTE CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA - EPP**, CNPJ (MF) Nº 16.991.076/0001-66, referente ao contrato 004/2016 para Construção de um Mini Campo neste Município de Macedônia - cf. Contrato de Repasse do Ministério dos Esportes e especificações no Anexo I. **NADA MAIS.** Macedônia, 08/06/2018. Lucilene Cabreira Garcia Marsola - Prefeita Municipal.

Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.

PREFEITURA

DE FERNANDÓPOLIS

“TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO”

A Prefeitura Municipal de Fernandópolis, FAZ SABER a todos os interessados que HOMOLOGA o Processo de Permissão de Uso Onerosa - EDITAL DE AVISO Nº 002/2018, pelo período de 05 (cinco) anos, referente aos seguintes espaços públicos pertencentes à Municipalidade, conforme Resultado do Chamamento Público:

1- Imóvel localizado no Calçadão de Lanches - 24 horas, na Avenida Expedicionários Brasileiros, entre a Rua Rio Grande do Sul e a Rua Bahia, nesta cidade, para instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, sucos, refrigerantes e afins, ficando, após verificação das condições de habilitação e análise da Proposta apresentada e, à vista do julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ADJUDICADO o objeto do referido edital à LIDIANE ROCHA MACHADO.

2- Imóvel localizado na Praça Pública, entre a Avenida Duque de Caxias e a Rua Paulino Maximino Duran, Jardim Bela Vista, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, refrigerantes e afins, ficando, após verificação das condições de habilitação e análise da Proposta apresentada e, à vista do julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ADJUDICADO o objeto do referido edital à MADALENA BERNARDINO RIBEIRO MORANGUEIRA.

3- Imóvel localizado no Estacionamento do Mercado Municipal, na Rua Espírito Santo, esquina com a Avenida Eurípedes José Ferreira, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de venda de caldo de cana e afins, ficando, após verificação das condições de habilitação e análise da Proposta apresentada e, à vista do julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ADJUDICADO o objeto do referido edital à MARCIA MARQUES MOITINHO MONTEIRO.

4- Imóvel localizado na Rotatória em frente à ETEC (Escola Técnica Estadual - Centro Paula Souza), no bairro Jardim Paulista, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, refrigerantes e afins, ficando, após verificação das condições de habilitação e análise da Proposta apresentada e, à vista do julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ADJUDICADO o objeto do referido edital à MARLI NOGUEIRA VICOZO CARVALHO.

5- Imóvel localizado na Praça Corinto Mendes Carneiro, na Travessa do Cedro, bairro Corinto, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, refrigerantes e afins, ficando, após verificação das condições de habilitação e análise da Proposta apresentada e, à vista do julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ADJUDICADO o objeto do referido edital à PAULO DE AGUIAR SILVA.

6- Imóvel localizado na Praça Jardim Planalto, em frente ao Velório Municipal, na Avenida da Saudade, bairro Jardim Planalto, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, refrigerantes e afins, ficando, após verificação das condições de habilitação e análise da Proposta apresentada e, à vista do julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ADJUDICADO o objeto do referido edital à MADERLI APARECIDA CACEANO DOS SANTOS.

7- Imóvel localizado na Praça João Pedro de Moreira Azevedo (ao lado da UPA), na Avenida dos Arnaldos, esquina com a Rua Rina Gerardi de Genova, no bairro Jardim Residencial Por do Sol, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de salgados, lanches, refrigerantes e afins, ficando, após verificação das condições de habilitação e análise da Proposta apresentada e, à vista do julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ADJUDICADO o objeto do referido edital à FABIO APARECIDO EVARISTO.

8- Imóvel localizado na Praça João Pedro de Moreira Azevedo (ao lado da UPA), na Avenida dos Arnaldos, bairro Jardim Residencial Por do Sol, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de churros, refrigerantes e afins, ficando, após verificação das condições de habilitação e análise da Proposta apresentada e, à vista do julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, ADJUDICADO o objeto do referido edital à EDSON FEITOSA COSTA.

Fernandópolis-SP, 11 de julho de 2018.
- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.

PREFEITURA

DE FERNANDÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS
RERRATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO CONVITE Nº 015/2018

ONDE SE LÊ:-

ROBERTO RUBENS FOLCONI – MER\$6.780,00.

LEIA-SE:

ROBERTO RUBENS FOLCONI – MER\$6.750,00.

Fernandópolis-SP, 11 JULHO de 2018.
RAFAEL VIEIRA MENEZES
Gerente de Suprimentos
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.

CONSÓRCIO CONTEMPLADO

CRÉDITO R\$ 302 MIL

PARA COMPRA DE IMÓVEL /
CONSTR. / CAPITAL GIRO

PEÇO R\$ 32 MIL + TRANSE. DIV.

(17) 99702-1074 (PARTIC.)



Ao todo, serão revistos 1,55 milhão de benefícios

■ EM QUASE DOIS ANOS

INSS cancela 78% dos auxílios-doenças analisados

No caso das aposentadorias por invalidez, das 359 mil analisadas, foram canceladas 108 mil (30,1%)

→ Da **REDAÇÃO**
contato@extra.net

O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) cancelou 78% dos 404 mil auxílios-doenças analisados

desde agosto de 2016, quando começou a revisão dos benefícios para evitar irregularidades e desperdício de recursos públicos. No caso das aposentadorias por invalidez, das 359 mil analisa-

das, foram canceladas 108 mil (30,1%).

Segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), desde o início da revisão, em agosto de 2016, já foram feitas 764

mil perícias nos auxílios-doenças e nas aposentadorias por invalidez, resultando numa economia aos cofres públicos de R\$ 9,6 bilhões.

O governo federal está fazendo um pente-fino no auxílio-doença e nas aposentadorias por invalidez. Está sendo chamado para a revisão o segurado que recebe esses benefícios por incapacidade há mais de dois anos sem passar por avaliação médica.

Ao todo, serão revistos 1,55 milhão de benefícios, sendo cerca de 550 mil beneficiários com auxílio-doença e 1 milhão de aposentados por invalidez.

Como resultado do pente-fino, há cancelamentos de benefícios ou troca, por exemplo, de auxílio-doença para auxílio-acidente, que tem valores diferentes.

Os benefícios são cancelados porque o perito avalia que a incapacidade que gerou a concessão do benefício não existe mais, ou seja, o segurado está apto para voltar ao trabalho.

Só em quatro meses, o governo federal realizou mais de 500 mil perícias médicas nos auxílios-doença e nas aposentadorias por invalidez pelo Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade.

O ministério credita a agilidade nas revisões dos benefícios do INSS à grande adesão dos médicos peritos ao Programa de Gestão das Atividades Médico Periciais, em que os profissionais são avaliados pelo cumprimento das metas de produtividade, e não pelo número de horas trabalhadas.

A adesão dos médicos peritos foi de quase 97%, o que possibilitou que o INSS conseguisse atender a todos os segurados convocados para o processo de revisão, segundo o MDS.

Ao todo, o governo federal vai revisar 552 mil auxílios-doença e 1 milhão de aposentadorias por invalidez até o final de 2018. A estimativa é de poupar até o fim do ano R\$ 15,7 bilhões.

DOE SANGUE
DOE VIDA

publicações

PREFEITURA

DE FERNANDÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS
CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS


De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, JUSTIFICA-SE as alterações na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber:

Razão Social	Empenho	Nota Fiscal	Valor Bruto
Casa do Asfalto Distr. Ind. e Com. de Asfalto Ltda.	5369/1; 365/4	17535	R\$ 20.640,82
Auto Viação Jauense	1655/1	Ofício 05/2018	R\$ 27.333,33
Phabrica de Produções Serv. Prop.Public. Ltda	376/66; 376/65; 376/64; 376/63; 376/67	42672; 42667; 42666; 42591; 42711	R\$ 3.150,00
Teda Auto Peças Ltda - ME	5266; 5264	110613; 110614	R\$ 145,00
Seba Auto Peças Fernandópolis Ltda ME	5245/1; 5247/1; 5246/1	2323; 2321; 2324	R\$ 630,00
Virgínio & Filhos Ltda ME	3556/2; 5288/1	2843; 2841	R\$ 1.602,70
Terezinha de Fátima Ruas- ME	5419; 5417	1756; 1755	R\$ 380,00
Adrimak Comércio de Locação de Máquinas e Equipamentos L	1006/2; 1011/2; 1008/2; 1005/2; 1012/2; 994/2	340; 344; 341; 339; 345; 331	R\$ 5.183,92
Express Form- Formulários Ltda EPP	4484	4123	R\$ 4.048,00
Poli Copiadoras Ltda ME	5159	643	R\$ 2.560,00
P.B. Fer Materiais para Construção Ltda.	5161/1	5502	R\$ 18,80
Retífica de Motores Fernandópolis Ltda.	5258; 5257	2093; 4030	R\$ 367,00

Venturini & Alves Com. de Auto Peças Ltda. EPP	5355; 5352; 5348; 5338; 5260; 5259; 5312; 5331; 5328; 5327; 5324; 5325	18482; 18481; 18480; 18479; 18471; 18472; 18473; 18478; 18477; 18476; 18474; 18475	R\$ 3.868,10
Oficina Avenida Fernandópolis Ltda - ME	5358; 5359	122; 53	R\$ 582,00
Aristides Pistolato	4485	2873	R\$ 1.410,00
Chimeli e Chimeli Ltda ME	5332	80	R\$ 191,00
Vanessa Aparecida Tiossi-EPP	5349; 5335; 5336	6843; 6843; 6844	R\$ 1.410,76
Talita Grazielle de Souza P. Da Silva ME	1134	1134	R\$ 97,00
Compac Máquinas e Equipamentos Ltda	2900; 2901; 2902	77703; 77704; 7388	R\$ 376,00
Auto Elétrico Stopcar Fernandópolis Ltda ME	5317; 5316	2003; 2442	R\$ 446,00
Ana Roberta da Silva Alcântra	5368	97	R\$ 3.600,00
Náutica Moto Peças Votuporanga Ltda ME	4506; 2461; 2457; 2458	2880; 05; 2881; 2882	R\$ 473,00
Natali Brink Brinquedos Ltda-ME	3772/1	9187	R\$ 142,00
Empório Hospitalar Com. Prod.Cirurgicos Hosp. Ltda.	5344/1; 5344/2	334067; 334528	R\$ 12.555,00

Justificam-se despesa com: Aquisição de emulsão asfáltica para uso em diversas ruas e avenidas da municipalidade; Contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros no âmbito do Município de Fernandópolis; Aquisição de Dietas alimentares e suplementos; Confecção de impressos utilizados pelo Departamento de Compras; Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de diversos atos da municipalidade; Aquisição de Case de Madeira e Reparo em driver titanium selenium; aquisição de bateria utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão (outsourcing); Aquisição de estanque em aço utilizado em Unidade de Pronto Atendimento; Aquisição de Peças, serviços e produtos para mão-de-obra utilizados em veículos e motocicletas da municipalidade; Aquisição de materiais para pintura, utilizados em diversos próprios municipais; Aquisição de Lâmpadas à serem instaladas em dependências da Municipalidade; Aquisição de materiais de informática a serem utilizados em Secretarias do Município de Fernandópolis; Aquisição de Marmitex para atender equipes de funcionários em serviços emergenciais . Tendo em vista a dificuldade encontrada no início desta gestão, como dívida alta de curto prazo, bem como a necessidade de manter os serviços essenciais a municipalidade, é que faz a presente alteração da ordem cronológica.

Fernandópolis, 11 de julho de 2018.
SEBASTIÃO CARLOS BESTETI –
Secretário Municipal da Fazenda
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2.018 – SMG

EXTRATO

CONSIDERANDO a ausência de espaço físico nos Cemitérios Municipais, para viabilizar a concessão de carneiros às famílias que pretendem realizar a inumação de pessoas falecidas naquele local;

CONSIDERANDO que, após levantamento realizado “in loco” pela Divisão de Cemitério e Velório, restou comprovado a existência de vários lotes em completo estado de abandono, sem construção de túmulo, jazigo ou qualquer identificação;

CONSIDERANDO finalmente o interesse da Administração Municipal em adotar medida que visa à utilização desses carneiros e túmulos abandonados, dando, assim, continuidade aos serviços funerários municipais.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 47.842.836/0001-05, com sede à Rua Bahia, nº 1264, Centro, na Cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Gestão, faz saber a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, para convocar os permissionários dos 519 (quinhentos e dezenove) lotes abandonados nos cemitérios municipais da Saudade e Consolação, conforme relação a ser disponibilizada no sítio eletrônico: www.fernandopolis.sp.gov.br, para que compareçam na Divisão de Cemitério, localizada na Avenida da Saudade, s/nº, (Velório Municipal), no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação, munidos de documentos que comprovem a propriedade (concessão temporária ou perpétua) dos terrenos, para regularização.

Informa, igualmente, que o não comparecimento no prazo estabelecido, acarretará na extinção da concessão, com a consequente reversão do carneiro/túmulo em favor da Prefeitura Municipal de Fernandópolis, nos termos da legislação Municipal.

REGISTRE-SE, AFIXE-SE E PUBLIQUE-SE.

Fernandópolis/SP, 10 de julho de 2018.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -


Prefeito Municipal de Fernandópolis

Três publicações: Dias 11, 12 e 13 de Julho de 2018.

1ª publicação: Quarta-feira, dia 11 de Julho de 2018.

2ª publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.

O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

DECRETO Nº 8.098 – DE 11 DE JULHO DE 2018

(Outorga permissão de uso de espaço público, em caráter precário e por tempo determinado, para o fim que especifica)

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;...

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 66, VII e 106, caput e § 3º, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 248, 251 e 252 todos da Lei Municipal 1.843/93, que instituiu o Código Sanitário e de Posturas do Município;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº. 3967/2018;

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica permitido a empresa MARLI NOGUEIRA VICOZO CARVALHO, CNPJ nº 00.130.391/0001-69, o uso, em caráter precário e por prazo determinado de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação da presente permissão, de parte do espaço público pertencente à Municipalidade, localizado na Rotatória em frente à ETEC (Escola Técnica Estadual - Centro Paula Souza), no bairro Jardim Paulista, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, refrigerantes e afins.

§ 1º - Fica proibida a venda de bebida alcoólica.

§ 2º - O trailer (ou afins) a ser instalado no espaço público permitido, de que trata o presente artigo, deve ser móvel e adquirido de empresas especializadas no ramo, não sendo permitida a construção em alvenaria, devendo, ainda, atender as exigências legais da Lei de Zoneamento, Código de Postura e Código Tributário do Município e de vigilância sanitária para a emissão do respectivo alvará de funcionamento, sob pena de revogação, a qualquer momento, da permissão ora concedida.

Artigo 2.º - A permissão de uso do espaço público, de que trata o presente decreto é outorgada, sem quaisquer ônus ao erário municipal, condicionada ao atendimento das finalidades, especificações e exigências constantes do Processo Administrativo nº. 3967/2018.

§ 1º - Fica proibida a modificação do uso a que se destina, sem a expressa e estrita concordância da Administração.

§ 2º - Fica, ainda, subordinada a presente permissão, às exigências previstas na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015.

Artigo 3.º - A presente Permissão de Uso é celebrada a título oneroso, ficando a permissionária obrigada ao pagamento dos tributos e tarifas inerentes ao desenvolvimento da atividade e ocupação de solo, bem como os encargos de instalação, manutenção, conservação, reparos e limpeza de suas dependências.

§ 1.º - A permissionária fica obrigada ao pagamento do preço público durante o período da permissão no valor de R\$ 262,73 (duzentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos) mensais, conforme proposta apresentada pela requerente, que poderá ser reajustado, periodicamente, com base nos índices oficiais de reajustes adotados pelo município.

§ 2.º - Fica a PERMISSIONÁRIA, sob pena de extinção da permissão, obrigada a promover a instalação de um padrão de energia elétrica e água, bem como o promover a manutenção e conservação do referido próprio público, dando a ele um aspecto visual adequado e ainda recolher diariamente todo lixo produzido no local, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele venha a causar ou permitir.

§ 3.º - As despesas de que trata o parágrafo anterior serão suportadas única e exclusivamente pela PERMISSIONÁRIA, bem como o consumo mensal de energia elétrica, água e esgoto consumidos pelo mesmo.

§ 4º - A permissionária não poderá ceder ou transferir a terceiros o bem imóvel objeto da presente permissão de uso, sem prévio e expresso consentimento da permitente.

§ 5º - Empreender benfeitorias ou construções, de qualquer natureza, somente com autorização expressa do poder público municipal, ficando

ciente de que estas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, sem direito a qualquer espécie de indenização, seja a que título for, ao final da permissão;

Artigo 4.º - A infração a qualquer condição ou obrigação acarretará a sua imediata rescisão de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 1º. Qualquer das partes signatárias poderá rescindir o presente termo de permissão de uso a qualquer tempo.

§ 2º. Também será caso de rescisão imediata a superveniência de Lei Federal, Estadual ou Municipal proibindo que se dê às áreas ora permitidas a destinação que lhe deu causa ou a adoção de postura pelo Governo Municipal que contrarie os objetivos traçados pela presente Permissão de Uso.

Artigo 5.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -

Prefeito Municipal de Fernandópolis


Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -

Secretário Municipal de Gestão

Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.

O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

DECRETO Nº 8.099 – DE 11 DE JULHO DE 2018

(Outorga permissão de uso de espaço público, em caráter precário e por tempo determinado, para o fim que especifica)

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;...

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 66, VII e 106, caput e § 3º, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 248, 251 e 252 todos da Lei Municipal 1.843/93, que instituiu o Código Sanitário e de Posturas do Município;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº. 14761/2014;

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica permitido a empresa PAULO DE AGUIAR SILVA, CNPJ nº 24.380.434/0001-22, o uso, em caráter precário e por prazo determinado de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação da presente permissão, de parte do espaço público pertencente à Municipalidade, localizado na Praça Corinto Mendes Carneiro, na Travessa do Cedro, bairro Corinto, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, refrigerantes e afins.

§ 1º - Fica proibida a venda de bebida alcoólica.

§ 2º - O trailer (ou afins) a ser instalado no espaço público permitido, de que trata o presente artigo, deve ser móvel e adquirido de empresas especializadas no ramo, não sendo permitida a construção em alvenaria, devendo, ainda, atender as exigências legais da Lei de Zoneamento, Código de Postura e Código Tributário do Município e de vigilância sanitária para a emissão do respectivo alvará de funcionamento, sob pena de revogação, a qualquer momento, da permissão ora concedida.

Artigo 2.º - A permissão de uso do espaço público, de que trata o presente decreto é outorgada, sem quaisquer ônus ao erário municipal, condicionada ao atendimento das finalidades, especificações e exigências constantes do Processo Administrativo nº. 14761/2014.

§ 1º - Fica proibida a modificação do uso a que se destina, sem a expressa e estrita concordância da Administração.

§ 2º - Fica, ainda, subordinada a presente permissão, às exigências previstas na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015.

Artigo 3.º - A presente Permissão de Uso é celebrada a título oneroso, ficando a permissionária obrigada ao pagamento dos tributos e tarifas inerentes ao desenvolvimento da atividade e ocupação de solo, bem como os encargos de instalação, manutenção, conservação, reparos e limpeza de suas dependências.

§ 1.º - A permissionária fica obrigada ao pagamento do preço público durante o período da permissão no valor de R\$ 263,00 (duzentos e sessenta e três reais) mensais, conforme proposta apresentada pela requerente, que poderá ser reajustado, periodicamente, com base nos índices oficiais de reajustes adotados pelo município.

§ 2.º - Fica a PERMISSIONÁRIA, sob pena de extinção da permissão, obrigada a promover a instalação de um padrão de energia elétrica e água, bem como o promover a manutenção e conservação do referido próprio público, dando a ele um aspecto visual adequado e ainda recolher diariamente todo lixo produzido no local, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele venha a causar ou permitir.

§ 3.º - As despesas de que trata o parágrafo anterior serão suportadas única e exclusivamente pela PERMISSIONÁRIA, bem como o consumo mensal de energia elétrica, água e esgoto consumidos pelo mesmo.

§ 4º - A permissionária não poderá ceder ou transferir a terceiros o bem imóvel objeto da presente permissão de uso, sem prévio e expresso consentimento da permitente.

§ 5º - Empreender benfeitorias ou construções, de qualquer natureza, somente com autorização expressa do poder público municipal, ficando ciente de que estas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, sem direito a qualquer espécie de indenização, seja a que título for, ao final da permissão;

Artigo 4.º - A infração a qualquer condição ou obrigação acarretará a sua imediata rescisão de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 1º. Qualquer das partes signatárias poderá rescindir o presente termo de permissão de uso a qualquer tempo.

§ 2º. Também será caso de rescisão imediata a superveniência de Lei Federal, Estadual ou Municipal proibindo que se dê às áreas ora permitidas a destinação que lhe deu causa ou a adoção de postura pelo Governo Municipal que contrarie os objetivos traçados pela presente Permissão de Uso.

Artigo 5.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -

Prefeito Municipal de Fernandópolis


Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -

Secretário Municipal de Gestão

Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.

O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

DECRETO Nº 8.100 – DE 11 DE JULHO DE 2018

(Outorga permissão de uso de espaço público, em caráter precário e por tempo determinado, para o fim que especifica)

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;...

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 66, VII e 106, caput e § 3º, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 248, 251 e 252 todos da Lei Municipal 1.843/93, que instituiu o Código Sanitário e de Posturas do Município;

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº. 6032/2018;

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica permitido a empresa MADERLI APARECIDA CA-CEANO DOS SANTOS, CNPJ nº 19.908.559/0001-42, o uso, em caráter precário e por prazo determinado de 05 (cinco) anos, a contar da data de publicação da presente permissão, de parte do espaço público pertencente à Municipalidade, localizado na Praça Jardim Planalto, em frente ao Velório Municipal, na Avenida da Saudade, bairro Jardim Planalto, nesta cidade, para a instalação de um trailer (ou afins) com o objetivo de exploração de atividade comercial de lanches, refrigerantes e afins.

§ 1º - Fica proibida a venda de bebida alcoólica.

§ 2º - O trailer (ou afins) a ser instalado no espaço público permitido, de que trata o presente artigo, deve ser móvel e adquirido de empresas especializadas no ramo, não sendo permitida a construção em alvenaria, devendo, ainda, atender as exigências legais da Lei de Zoneamento, Código de Postura e Código Tributário do Município e de vigilância sanitária para a emissão do respectivo alvará de funcionamento, sob pena de revogação, a qualquer momento, da permissão ora concedida.

Artigo 2.º - A permissão de uso do espaço público, de que trata o presente decreto é outorgada, sem quaisquer ônus ao erário municipal, condicionada ao atendimento das finalidades, especificações e exigências constantes do Processo Administrativo nº. 6032/2018.

§ 1º - Fica proibida a modificação do uso a que se destina, sem a expressa e estrita concordância da Administração.

§ 2º - Fica, ainda, subordinada a presente permissão, às exigências previstas na Lei Municipal nº 4.406, de 23 de outubro de 2015.

Artigo 3.º - A presente Permissão de Uso é celebrada a título oneroso, ficando a permissionária obrigada ao pagamento dos tributos e tarifas inerentes ao desenvolvimento da atividade e ocupação de solo, bem como os encargos de instalação, manutenção, conservação, reparos e limpeza de suas dependências.

§ 1.º - A permissionária fica obrigada ao pagamento do preço público durante o período da permissão no valor de R\$ 262,73 (duzentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos) mensais, conforme proposta apresentada pela requerente, que poderá ser reajustado, periodicamente, com base nos índices oficiais de reajustes adotados pelo município.

§ 2.º - Fica a PERMISSIONÁRIA, sob pena de extinção da permissão, obrigada a promover a instalação de um padrão de energia elétrica e água, bem como o promover a manutenção e conservação do referido próprio público, dando a ele um aspecto visual adequado e ainda recolher diariamente todo lixo produzido no local, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele venha a causar ou permitir.

§ 3.º - As despesas de que trata o parágrafo anterior serão suportadas única e exclusivamente pela PERMISSIONÁRIA, bem como o consumo mensal de energia elétrica, água e esgoto consumidos pelo mesmo.

§ 4º - A permissionária não poderá ceder ou transferir a terceiros o bem imóvel objeto da presente permissão de uso, sem prévio e expresso consentimento da permitente.

§ 5º - Empreender benfeitorias ou construções, de qualquer natureza, somente com autorização expressa do poder público municipal, ficando ciente de que estas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, sem direito a qualquer espécie de indenização, seja a que título for, ao final da permissão;

Artigo 4.º - A infração a qualquer condição ou obrigação acarretará a sua imediata rescisão de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 1º. Qualquer das partes signatárias poderá rescindir o presente termo de permissão de uso a qualquer tempo.

§ 2º. Também será caso de rescisão imediata a superveniência de Lei Federal, Estadual ou Municipal proibindo que se dê às áreas ora permitidas a destinação que lhe deu causa ou a adoção de postura pelo Governo Municipal que contrarie os objetivos traçados pela presente Permissão de Uso.

Artigo 5.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -

Prefeito Municipal de Fernandópolis


Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -

Secretário Municipal de Gestão


Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.

O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.




**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

PORTARIA Nº 18.142 – DE 11 DE JULHO DE 2018
(Dispõe sobre instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA para a finalidade que especifica e dá outras providências).
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;...
CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº 26352/2017, bem como Parecer Jurídico (fls. 06/07), cujo conteúdo tem por base a notícia de que supostamente houve danos a equipamento pertencente ao Município, causados por ação humana, gerando indícios de possível descumprimento de dever funcional, que se comprovado, pode acarretar o cometimento de infrações, fatos que devem ser rigorosamente apurados.
CONSIDERANDO, ao final, que é dever constitucional do Chefe do Poder Executivo Municipal promover a apuração imediata, através de sindicância ou processo administrativo, de toda e qualquer denúncia de irregularidade no serviço público;
RESOLVE:
I - Fica instaurada a competente SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA, para apurar as causas e possíveis irregularidades, em decorrência de supostos danos causados em equipamento pertencente ao Município, bem como, para apurar fatos, ações ou omissões que porventura venham a surgir no curso de seus trabalhos.
II - DESIGNAR a COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE INQUÉRITO E SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA desta Municipalidade, conforme Portaria nº 17.848/2017 para, dentro de suas competências específicas e no prazo de 30 (trinta) dias, apurar a veracidade dos fatos arguidos e possíveis responsabilidades.
III - Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.
- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis
Registrada no livro próprio de Portarias e publicada na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.
- JOSE CASSADANTE JUNIOR -
Secretário Municipal de Gestão
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.




**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

PORTARIA Nº 18.143 – DE 11 DE JULHO DE 2018
(Dispõe sobre instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA para a finalidade que especifica e dá outras providências).
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;...
CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo Administrativo nº 28698/2017, bem como o teor das denúncias que chegaram ao conhecimento da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, cujo conteúdo tem por base a apuração de prováveis irregularidades cometidas por servidor(a), gerando indícios de possível descumprimento de dever funcional que se comprovado, podem acarretar o cometimento de infrações, fatos que devem ser rigorosamente apurados.
CONSIDERANDO, ao final, que é dever constitucional do Chefe do Poder Executivo Municipal promover a apuração imediata, através de sindicância ou processo administrativo, de toda e qualquer denúncia de irregularidade no serviço público;
RESOLVE:
I - Fica instaurada a competente SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA, para apurar eventual inobservância de dever funcional ou responsabilidades por parte de servidor(a) público ao Município de Fernandópolis, em decorrência dos fatos narrados na denúncia supracitada, bem como, para apurar fatos, ações ou omissões que porventura venham a surgir no curso de seus trabalhos, conexos as referidas irregularidades.
II - DESIGNAR a COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE INQUÉRITO E SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA desta Municipalidade, conforme Portaria nº 17.848/2017 para, dentro de suas competências específicas e no prazo de 30 (trinta) dias, apurar a veracidade dos fatos arguidos e possíveis responsabilidades.
III - Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.
- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis
Registrada no livro próprio de Portarias e publicada na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.
- JOSE CASSADANTE JUNIOR -
Secretário Municipal de Gestão
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.




**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

“TERMO DE ADJUDICAÇÃO”
Extrato da Ata de Adjudicação do Pregão nº 050/2018. Após abertura das propostas e verificada condições de habilitação, verificando-se a adequação do preço oferecido aos praticados no mercado deste município, fica adjudicado para as empresas: QUARTILE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, SOMÉDICA CIRÚRGICA RIO PRETO EIRELI EPP os itens 08 e 14, CAPROMED FARMACÊUTICA LTDA ME o item 16, CENELLAR COM. DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPLTDA os itens 17 e 18, os itens 09, 10, 11, 12, 13 e 15 foram fracassados, objeto deste pregão.
Fernandópolis-SP, 11 de julho de 2018.
BRUNO CEZAR ROSSELLI MEDRI
Pregoeiro
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

PORTARIA Nº 18.144 – DE 11 DE JULHO DE 2018
(Nomeia a COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA PROVA DE CONCEITO PREVISTA NA CONCORRÊNCIA Nº 003/2018 – ÁREA AZUL - ROTATIVO FERNANDÓPOLIS)
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, Prefeito do Município de Fernandópolis, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais;...
CONSIDERANDO a exigência estabelecida no Edital da Concorrência nº 003/2018, a qual tem por objeto a Concessão Onerosa na modalidade Concorrência Técnica e Preço para gestão da exploração, apoio e monitoramento de vagas de estacionamento rotativo eletrônico pago, denominado “Área Azul – Rotativo Fernandópolis”, monitoramento social e administração de Solução de Estacionamento Digital no Município de Fernandópolis, contemplando todos os recursos materiais, de tecnologia e serviços necessários ao seu correto funcionamento, com repasse de percentual de receitas ao Município por período de 10 (dez) anos, de acordo com as especificações técnicas constantes nos anexos do Edital;
RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeada a COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA PROVA DE CONCEITO PREVISTA NA CONCORRÊNCIA Nº 003/2018 – ÁREA AZUL - ROTATIVO FERNANDÓPOLIS, composta pelos seguintes membros, a saber:
I – Representante da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte: EDERSON JOSÉ DA SILVA
II – Representante do Comércio (Associação Comercial e Industrial de Fernandópolis): GERALDO PEDRO PASCHOALINI
III – Representante da Área de Engenharia e Urbanismo (Universidade Brasil): EDSON JODI SUNAKOZAWA
IV – Representante da Área de Informática (Fundação Educacional de Fernandópolis): JEFFERSON ANTONIO RIBEIRO PASSERINI
Art. 2º Os trabalhos da presente Comissão não serão remunerados e sim considerados prestação de serviços relevantes ao Município.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 17.916, de 16 de janeiro de 2018.
Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”,
11 de julho de 2018.
- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis
Registrada no livro próprio de portarias e publicada por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.
- JOSÉ CASSADANTE JUNIOR -
Secretário Municipal de Gestão
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

“PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO”
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS
PREGÃO Nº 078/2018
PROCESSO Nº 0164/2018
DATA DE REALIZAÇÃO: 27 de agosto de 2018.
HORÁRIO: 08h:30min (oito horas e trinta minutos).
LOCAL: Paço Municipal, sito à Rua Bahia nº 1264, Centro, Fernandópolis/SP.
TIPO: Menor Preço por item.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto “ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOME CARE PARA ATENDIMENTO E CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM PREVISÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 MESES”, classificada em item, conforme especificações e quantidades constantes do ANEXO IX, do Edital de Pregão 078/2018.
LEGISLAÇÃO: Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 5.015/2005.
DATA DA ENTREGA: Os documentos para o CREDENCIAMENTO, a DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, o ENVELOPE PROPOSTA e o ENVELOPE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, serão recebidos na Sala de Imprensa da Prefeitura Municipal de Fernandópolis, localizada na Rua Bahia nº 1.264, Centro, Fernandópolis, Estado de São Paulo, durante a Sessão Pública de Processamento do Pregão nº 078/2018, iniciando-se às 08h:30min do dia 27 de agosto de 2018.
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Sala de Imprensa da Prefeitura Municipal de Fernandópolis, localizada na Rua Bahia nº 1.264, Centro, Fernandópolis, Estado de São Paulo.
INTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possa interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão (Departamento de Compras), de Segunda-Feira a Sexta-Feira, no horário das 07:00h às 13:00h, no endereço acima indicado, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF e, ainda, pelo website: www.fernandopolis.sp.gov.br.
Fernandópolis/SP, quarta-feira, 11 de julho de 2018.
- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

TERMO DE ENCERRAMENTO
PREGÃO Nº 065/2017.
PROCESSO Nº 144/2017.
Fica encerrado o Registro de Preços para “ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

TERMO DE ENCERRAMENTO
PREGÃO Nº 068/2017.
PROCESSO Nº 148/2017.
Fica encerrado o Registro de Preços para “ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO NOS VEÍCULOS PATROL – MOTONIVELADORA DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE OBRAS, INFRA-ESTRUTURA, HABITAÇÃO E URBANISMO E SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE EM ATÉ 12 (DOZE) MESES”, provenientes da Ata de Registro de Preços nº 082/2017 da empresa vencedora LINCETRATOR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP, cuja vigência expirou-se em 10 de julho de 2018.
Fernandópolis-SP, 11 de julho de 2018.
FLÁVIA C. F. DOIMO DE MELO
Gestora da Ata de Registro de Preço
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.




**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 487/2018
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis
CONTRATADA: Plis Inteligência em Tecnologia Ltda-ME.
VALOR: 23.760,00 ASSINATURA: 05/07/2018
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços aplicados à tecnologia da informação, compreendendo as atividades desenvolvimento, hospedagem e manutenção de portais web para a Prefeitura Municipal de Fernandópolis. MODALIDADE: Convite nº 014/2018.
Fernandópolis-SP., 11 de julho de 2.018.
- RAFAEL VIEIRA MENEZES -
Gerente de Suprimentos
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 476/2018
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis
CONTRATADA: Roberto Rubens Folconi - ME.
VALOR: 6.750,00 ASSINATURA: 05/07/2018
OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de som para ser usado no “Fernanraíá”, que acontecerá nos dias 6 e 7 de julho, da Secretaria Municipal de Cultura. MODALIDADE: Convite nº 015/2018.
Fernandópolis-SP., 11 de julho de 2.018.
- RAFAEL VIEIRA MENEZES -
Gerente de Suprimentos
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.



**PREFEITURA
DE FERNANDÓPOLIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 485/2018.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis.
PROCESSO Nº. 203/17
Contratado: SHIRLEI APARECIDA ZOCCAL - MEI
VALOR: R\$ 13.266,00 ASSINATURA: 04/07/2018
OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA USO EM VÁRIAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE, CONSUMIDOS DENTRO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE 90 (NOVENTA) DIAS. AS ENTREGAS DEVERÃO SER FEITAS NOS DIAS E LOCAIS ESTIPULADOS PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE”. PREGÃO 098/2015, ATA DE REGISTRO Nº 127/17.
Fernandópolis-SP, 11 de julho de 2018.
- RAFAEL VIEIRA MENEZES -
Diretor De Suprimentos
Uma publicação: Quinta-feira, dia 12 de Julho de 2018.
O EXTRA.NET - Edição Nº 3.329.

NA MADRUGADA DE ONTEM

Tentativa de assalto a agência bancária do Santander é frustrada por alarme

→ GUSTAVO JESUS

gustavojesus@oextra.net

Três indivíduos tentaram arrombar os caixas eletrônicos de uma agência do Banco Santander em Indaióporá na madrugada desta quarta-feira, 11. A tentativa de assalto ocorreu por volta das 2h40.

De acordo com informações da Polícia Militar, os homens estouraram a porta de vidro que dá acesso aos caixas com um pé de cabra e deram início a tentativa de arrombamento dos caixas, utilizando bananas de dinamite. A ação dos criminosos só não foi concluída porque o alarme da agência disparou, produzindo efeitos sonoros e expelindo uma fumaça tóxica que dificultou a ação dos bandidos.

Ao identificar a tentativa de roubo, a PM local se mobilizou, mas foi impedida de prosseguir a captura dos assaltantes, já que as vias de acesso ao banco estavam cheias de miguélicos - dispositivos pontiagudos em forma de cruz -, impedindo assim que as viaturas prosseguissem com a captura.

Os assaltantes estão foragidos. A Polícia Civil local investigará o caso.



Agência do banco Santander teve a porta de vidro destruída pelos bandidos



Novo golpe do WhatsApp promete duas passagens aéreas gratuitas

→ Da REDAÇÃO

contato@oextra.net

O mais novo golpe envolvendo o WhatsApp — com a falsa oferta de duas passagens de avião gratuitas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes — já atingiu 31 mil usuários. Por meio do aplicativo de mensagens, os internautas são estimulados a responder a uma suposta pesquisa antes de acessar a promoção fraudulenta.

De acordo com empresas de segurança, o usuário recebe uma mensagem com um link, indicado que a empresa aérea estaria fornecendo os bilhetes gratuitos. Ao clicar no endereço virtual, o interessado é redirecionado a uma página falsa, que chega a reproduzir a logomarca da Gol, a fim de ganhar a confiança.

Surge, então, uma suposta pesquisa que serviria para medir o grau de satisfação com a companhia aérea, com perguntas como: “Você já viajou esse ano?” e “Você está satisfeito com os serviços da Gol?”. Ao concluir o questionário, o usuário é induzido

a compartilhar a mensagem com 30 contatos ou grupos do WhatsApp.

O golpe chega ao requinte de apresentar um contador informando o número de passagens que ainda estariam disponíveis. Assim, o internauta se sente estimulado a responder logo às perguntas.

De acordo com os golpistas, somente após o compartilhamento o usuário poderá resgatar as passagens aéreas. A promessa é que os bilhetes eletrônicos serão enviados por e-mail em até dois dias.

Ao fim do processo, há até uma falsa seção de comentários de pessoas que teriam se beneficiado da promoção.

O problema deste tipo de golpe é que, ao clicar no conteúdo e preencher as etapas sugeridas, os usuários acabam instalando extensões ou aplicativos maliciosos em seus smartphones, que podem roubar informações sigilosas.

CUIDADOS A TOMAR

- Desconfie sempre de alguma mensagem que prometa prêmios ou quantias em di-

neiro. Confira o site oficial da empresa citada no texto para saber se realmente há alguma promoção em andamento.

- Tenha sempre um antivírus instalado em seu aparelho.
- Preste muita atenção ao texto. É comum mensagens falsas conterem erros de Português e problemas de acentuação e/ou pontuação.

POSIÇÃO DA GOL

A GOL informou que a fonte original e confiável das informações da empresa é seu site www.voegol.com.br. A companhia orientou as pessoas a não clicarem em mensagens de origem duvidosa, fora do padrão, com erros de ortografia, ofertas de prêmios em milhas e, principalmente, pedindo a confirmação de dados cadastrais.

A empresa reiterou que preza pela segurança da informação em todos os seus canais de relacionamento e acrescentou que, em caso de dúvidas, o ideal é procurar a central de atendimento pelo número 0300-115-2121.



Valido apenas pra hoje - Terça, 10 de Julho 2018

Ganhe 2 passagens grátis nesse meio de ano!

Passagens restantes : 335

Parabéns!

Você ganhou 2 passagens grátis!! Como proceder:

1. Compartilhe para 30 dos seus amigos/grupos via



Valido apenas pra hoje - Terça, 10 de Julho 2018

Ganhe 2 passagens grátis nesse meio de ano!

Passagens restantes : 300

Parabéns!

Você ganhou 2 passagens grátis!! Como proceder:

1. Compartilhe para 30 dos seus amigos/grupos via

O novo golpe do WhatsApp já atingiu 30 mil usuários

DAY USE Familiar

QUER APROVEITAR UMA TEMPORADA NO ÁGUA VIVA THERMAS CLUBE COM A SUA FAMÍLIA?

AGORA TEMOS DUAS MODALIDADES DE TÍTULOS:
90 OU 180 DIAS, SEM TAXA DE ADESAO.

É BEM SIMPLES: TITULAR + CÔNJUGE + FILHOS MENORES DE 18 ANOS + PAIS DO TITULAR, TERÃO DIREITO A APROVEITAR CADA PEDACINHO DO MELHOR CLUBE DA REGIÃO POR:

R\$ 90
ATÉ 3X S/ JUROS
P/ 90 DIAS

R\$ 180
ATÉ 6X S/ JUROS
P/ 180 DIAS

(17) 99634-0201
(17) 3465-0400 | (17) 3465-0407
reservas@aguaviva.tur.br



25 ANOS!

COLÉGIO COOPERE

Venha fazer parte da nossa família

Educação Infantil. Pré 1º ano Manhã/Tarde

Sistema Etapa do 6º ano a 3ª série do Ensino Médio

Melhores Resultados!

MATRÍCULAS 2018 ABERTAS

ASSINE oextra.net

SEU JORNAL DIÁRIO

Ligue (17) 3462-1727 ou 3442-2445

Ou envie e-mail para assinatura@oextra.net



Dr. Hugo Yamagata Yasuda

CRM 109.308

Oftalmologia Clínica e Cirúrgica
Especialista em Glaucoma

ATENDE PARTICULAR E CONVÊNIOS

APAS | BENSÁUDE | FUNDAÇÃO CESP | HB SAÚDE
POSTAL SAÚDE | SÃO FRANCISCO | SAÚDE CAIXA
BRADESCO SAÚDE | CABESP | CASSI | ECONOMUS

17 3462-1742

Av. Amadeu Bizelli, 978 - Centro - Fernandópolis



ACESSE:
www.oextra.net

Informação com credibilidade